

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte

*A Crítica*

Class.:

*CIMI*

Data

*09/02/89*

Pg.:

*31R00630*

**INDÍGENAS**

*4468*

**CIMI distribuiu nota:  
resultado da reunião**

Durante três dias (01 a 03 deste mês), estiveram reunidos na XIII Assembléia Regional do CIMI-Norte I, cerca de 50 pessoas — 5 bispos e 45 agentes — de nove Prelazias ou Dioceses, no Centro de Treinamento Maromba. Os participantes discutiram, entre outros assuntos, a política indigenista do governo e a questão da terra indígena.

No final da Assembléia, foi aprovado o documento adiante transcrito: "Os Bupos e missionários do Amazonas e Roraima, reunidos na XII Assembléia do CIMI Regional Norte I, de 1º a 03º de fevereiro de 1989, analisaram a realidade dos povos indígenas da Amazônia, bem como seu trabalho e esforço de libertação, os desafios que dificultam a caminhada deles e a ação evangelizadora da Igreja. Desta análise emergiu um quadro de alta gravidade, que se julgou importante externar para o conhecimento da opinião pública.

1. Ao governo cabe favorecer e assegurar os direitos dos povos indí-

genas às suas terras e a seu modo de vida. Em vez disso, ele se omite ou desenvolve uma política destrutiva. A consequência disso é o assassinato de índios em grandes números nos últimos anos: no ano passado foram mortos no Brasil 36 índios, sendo 28 deles só em nossa região.

2. A situação do povo Yanomami é exemplo da conduta do governo. Permite a invasão de milhares de garimpeiros e legitima esta situação através da Portaria 250, de 18.11.88. Nela se determina a demarcação das terras Yanomami em 19 pequenas áreas, separadas uma das outras e tirando 70% de seu território tradicional. Essa atitude, além de ser contra a Constituição, torna possível a própria existência do povo Yanomami. Isto é matar um povo inteiro, ou seja, é genocídio.

3. Essa agressão aos índios acontece ao mesmo tempo da devastação dramática da Amazônia. É fruto de um tipo de desenvolvimento que esmaga a natureza e a pessoa humana,

para, com grandes projetos de mineração, construção de usinas hidroelétricas, exploração de madeira e outros, atender a interesses particulares de grupos econômicos nacionais e multinacionais.

4. O governo, com abuso do poder, impede a entrada de missionários nas áreas indígenas e não permite a volta daqueles que expulsou anteriormente.

Essa realidade de agressões continua apesar da publicação da nova Constituição. Nela são garantidos os direitos dos índios às terras por eles tradicionalmente ocupadas, o reconhecimento de sua organização social, seus usos, costumes, línguas, crenças e tradições. Esta nova base do relacionamento do Estado brasileiro com os povos indígenas precisa ser respeitada e cumprida. Isto exige drástica alteração na conduta da administração pública e de setores da sociedade brasileira que mantêm sob opressão as nações indígenas e outros seguimentos sociais".